

## Instrução Normativa Nº 19

### **Serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes e reparação de máquinas ou manutenção de máquinas, aparelhos, equipamentos e veículos, com ou sem pintura.**

#### **1. Objetivo**

Definir a documentação necessária ao licenciamento e estabelecer critérios para apresentação dos planos, programas e projetos ambientais para a atividade de **serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes e reparação de máquinas ou manutenção de máquinas, aparelhos, equipamentos e veículos**, incluindo tratamento de efluentes líquidos, tratamento e disposição de resíduos sólidos, emissões atmosféricas e outros passivos ambientais.

#### **2. Licenciamento Ambiental**

Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possa causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. (Resolução CONAMA nº. 237/97).

##### **2.1. Licença Ambiental**

Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar, reformar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. (Resolução CONAMA nº. 237/97).

##### **2.2. Empreendimentos Passíveis de Licenciamento Ambiental**

Pessoas físicas ou jurídicas e as entidades das administrações públicas federal, estaduais e municipais, cujas atividades utilizem recursos primários ou secundários e possam ser causadoras efetivas ou potenciais de poluição ou de degradação ambiental, e constante da Listagem de Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental.

##### **2.3. Instrumentos Legais do Processo de Controle Ambiental**

- Licença Ambiental Prévia (LAP): Com prazo de validade de no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos, é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. Lei nº. 14675/09 combinada com a Resolução CONAMA nº. 237/97, art. 8º, inciso I.
- Licença Ambiental de Instalação (LAI): Com prazo de validade de no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos, autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental, e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante. Lei nº. 14675/09 combinada com a Resolução CONAMA nº. 237/97, art. 8º, inciso II.
- Licença Ambiental de Operação (LAO): Com prazo de validade de no máximo, 10 (dez) anos,

autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação (Lei nº. 14675/09 e a Resolução CONAMA nº. 237/97, art. 8º, inciso III).

- A Lei nº. 6.232/12 estabeleceu a taxa para análise de Licenças Ambientais de Operação com prazo de validade de 04 (quatro) anos, podendo por decisão motivada, o prazo ser dilatado ou reduzido com aumento ou diminuição proporcional nos valores a serem cobrados pelo INIS.

#### **2.4. Instrumentos Técnicos Utilizados no Processo de Licenciamento Ambiental**

- Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)
- Estudo Ambiental Simplificado (EAS)
- Relatório Ambiental Prévio (RAP)
- Estudo de Conformidade Ambiental (ECA)
- Projetos de Controle Ambiental
- Planos e Programas Ambientais
- Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)
- Estudo de Análise de Riscos
- Plano de Ação Emergencial
- Plano de Remediação

#### **2.5. Etapas do Processo de Licenciamento Ambiental**

- O procedimento de licenciamento ambiental, conforme o disposto na Resolução CONAMA nº. 237/97, art. 10, obedecerá às seguintes etapas:
- Cadastramento do empreendedor e do empreendimento junto ao INIS.
- Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade.
- Análise pelo INIS dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias.
- Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo INIS, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios.
- Audiência pública e outras modalidades de participação social, de acordo com a regulamentação pertinente.
- Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo INIS, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios.
- Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico.
- Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade quando do seu deferimento.

### **3. Instrumentos Técnicos Utilizados no Licenciamento da Atividade**

#### **3.1. Relatório Ambiental Prévio (RAP)**

De acordo com o disposto nas Resoluções CONSEMA nº. 01/06 e 14/12, as atividades listadas

no Quadro 3.1.1 necessitam da elaboração de Relatório Ambiental Prévio, conforme Termo de Referência disponibilizado no Anexo 3, a ser apresentado na fase de requerimento da Licença Ambiental Prévia. A sequência do processo de licenciamento depende da solicitação da Licença Ambiental de Instalação e a Licença Ambiental de Operação.

### 3.2. Estudo Ambiental Simplificado (EAS)

De acordo com o disposto nas Resoluções CONSEMA nº. 01/06 e 14/12, as atividades listadas no Anexo 2 necessitam da elaboração de Estudo Ambiental Simplificado, conforme Termo de Referência disponibilizado no Anexo 8, a ser apresentado na fase de requerimento da Licença Ambiental Prévia. A sequência do processo de licenciamento depende da solicitação da Licença Ambiental de Instalação e a Licença Ambiental de Operação.

### 3.3. Autorização Ambiental (AUA)

Os empreendimentos com área útil menor que o porte pequeno, conforme indicado no Quadro 3.1.1 - deverão providenciar Autorização Ambiental – AUA.

Quadro 3.1.1: Atividades licenciadas com Relatório Ambiental Prévio e/ou Estudo Ambiental Simplificado (EAS).

Código	Atividade	Porte		
		Pequeno	Médio	Grande
12.80.00	Serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes e reparação de máquinas ou manutenção de máquinas, aparelhos, equipamentos e veículos.	$0,1 \leq AU \leq 0,2$ (RAP)	$0,2 < AU < 1$ (RAP)	$AU \geq 1$ (RAP)
12.80.10	Serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes e reparação de máquinas ou manutenção de máquinas, aparelhos, equipamentos e veículos, com pintura.	$0,05 \leq AU \leq 0,2$ (RAP)	$0,2 < AU < 1$ (RAP)	$AU \geq 1$ (EAS).

AU=Área Útil (hectares)

## 4. Instruções Gerais

- Quando houver necessidade de supressão de vegetação, o empreendedor deve requerer a Autorização de Corte de Vegetação na fase de Licença Ambiental Prévia, apresentando o inventário florestal, o levantamento fitossociológico e ainda o inventário faunístico, se couber, os quais serão avaliados pelo INIS juntamente com os demais estudos necessários para fins de obtenção da Licença Ambiental Prévia. A Autorização de Corte de Vegetação somente será expedida conjuntamente com a Licença Ambiental de Instalação nos termos da Resolução CONSEMA nº 01/06, art. 7º. Ver Instrução Normativa nº 23, que trata da supressão da vegetação em área rural, ou Instrução Normativa nº 24, que trata da supressão de vegetação em área urbana.
- Quando houver necessidade de captura, coleta e transporte de fauna silvestre em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna, deve ser formalizado junto à FATMA o pedido de autorização ambiental. Ver Instrução Normativa nº 62.
- Em empreendimentos de utilidade pública, havendo necessidade de supressão de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma da Mata Atlântica, o empreendedor deve requerer a Autorização de Corte de vegetação apresentando o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).
- Nas faixas marginais dos recursos hídricos existentes na área mapeada para implantação do empreendimento, deve ser respeitado o afastamento mínimo previsto na legislação vigente.

- Na existência de unidades de conservação que possam ser afetadas no seu interior ou zona de amortecimento, o INIS formalizará requerimento ao responsável pela Unidade de Conservação, nos termos da Resolução CONAMA nº. 428/10.
- Empreendimentos de significativo impacto, sujeito à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental e empreendimentos com utilização de área superior a 100 hectares devem atender ao disposto na Portaria nº. 230/02 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.
- Empreendimentos de significativo impacto, sujeito à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental devem contemplar programa de compensação ambiental com indicação de aplicação dos recursos previstos no art 36 da Lei nº. 9.985/00, e conforme Resolução CONAMA nº. 371/06 e Lei nº. 14.675/09.
- Conforme as especificidades e a localização do empreendimento, o INIS pode solicitar a inclusão de projetos de recomposição paisagística e outros procedimentos que julgar necessários, nos termos da legislação pertinente.
- Quando da necessidade de utilização de jazidas de empréstimos localizadas fora da área do empreendimento, as mesmas são objeto de licenciamento ambiental específico.
- A disposição final de material estéril excedente, fora da área do empreendimento, deverá constar no processo de licenciamento ambiental do empreendimento.
- Os empreendimentos/atividades geradoras de efluentes líquidos são obrigados a instalar caixa de inspeção.
- Os responsáveis pela geração de resíduos sólidos ficam obrigados a elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, de acordo com o estabelecido na Lei nº. 14.675/09, arts. 266 e Lei 12.305/10. □ As coletas de amostras devem ser realizadas por profissionais habilitados.
- As análises devem ser realizadas por laboratórios acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) ou em laboratórios reconhecidos pela FATMA, para parâmetros de interesse.
- A publicação dos pedidos e concessão de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, sujeitos à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório de Impacto Ambiental, às expensas do empreendedor, deve ser efetivada no Diário Oficial do Estado e em periódico de circulação na comunidade em que se insere o projeto.
- A realização de Audiência Pública de empreendimentos ou obras de significativo impacto ambiental, às expensas do empreendedor, deve ser realizada em conformidade com o disposto na Resolução CONAMA nº. 09/87.
- Para as atividades em operação, sem o competente licenciamento ambiental, é exigida, no que couber, a documentação referente à instrução processual para obtenção da Licença Ambiental Prévia, Licença Ambiental de Instalação e Licença Ambiental de Operação, sendo obrigatória a apresentação do Estudo de Conformidade Ambiental. (Resolução CONSEMA nº. 01/06). Nestes casos o Habite-se e o Alvará de Funcionamento e Localização, substituem a certidão de uso e ocupação do solo.
- A ampliação do empreendimento depende do competente licenciamento ambiental.
- A alteração na titularidade do empreendimento deve ser comunicada ao INIS, com vistas à atualização dessa informação no processo administrativo e na licença ambiental concedida.
- Os programas de controle ambiental devem avaliar a possibilidade de intervenções no processo, visando à minimização da geração de efluentes líquidos, efluentes atmosféricos, de resíduos sólidos, de poluição térmica e sonora, bem como a otimização da utilização de recursos ambientais.

Simultaneamente a esta providência, o empreendedor deve promover a conscientização, o comprometimento e o treinamento do pessoal da área operacional, no que diz respeito às questões ambientais, com o objetivo de atingir os melhores resultados possíveis com a implementação dos programas de controle ambiental.

- Os estudos e projetos necessários ao processo de licenciamento devem ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor. O empreendedor e os profissionais que subscreverem os estudos e projetos necessários ao processo de licenciamento são responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais (Resolução CONAMA nº 237/97, Art. 11).
- Os pedidos de licenciamento de novos empreendimentos somente são protocolados com a entrega dos arquivos digitais da documentação completa listada na presente Instrução Normativa.
- A documentação deve ser apresentada na sequência das listagens e termos de referência da presente Instrução Normativa. O nome dos arquivos digitais deve conter a descrição sucinta e identificação do empreendedor.
- Os arquivos de texto e estudos ambientais devem ser redigidos em português, apresentar tamanho de folha A4 (210 mm x 297 mm) e serem entregues em formato *pdf* texto.
- As plantas e mapas devem seguir as Normas Brasileiras (ABNT), com unidades do Sistema Internacional de Unidades e devem ser entregues no formato *pdf*.
- Os arquivos contendo imagens devem ser entregues em formato *jpg* ou *png*.
- O empreendedor, durante a implantação e operação do empreendimento deve comunicar ao órgão ambiental competente a identificação de impactos ambientais não descritos nos estudos ambientais constantes no procedimento de licenciamento para as providências que se fizerem necessárias.
- O INIS não assumirá qualquer responsabilidade pelo não cumprimento de contratos assinados entre o empreendedor e o projetista.
- Dúvidas e pedidos de esclarecimentos sobre a presente Instrução Normativa devem ser encaminhados ao INIS.

## 5. Instruções Específicas

- Os estabelecimentos licenciados para operação ficam obrigados a enviar ao INIS, até o décimo dia do mês de dezembro de cada ano:
  - I. Planilha da destinação do óleo lubrificante usado ou contaminado, com identificação do coletor, número do certificado de coleta, data de coleta, volume coletado, placa do veículo coletor, e Identificação da unidade de rerrefino (Anexo 4). A Planilha deve vir acompanhada de cópia dos certificados de coleta de óleo usado ou contaminado emitidos, bem como de cópia da Licença Ambiental de Operação do respectivo coletor e rerrefinador. A coleta e a destinação final de óleo lubrificante usado devem ser efetuadas nos termos da Resolução CONAMA nº. 362/05.
  - II. Planilha da destinação dos resíduos sólidos perigosos classe 1 ou contaminados, com identificação do coletor, número do certificado de coleta, data de coleta, volume coletado, placa do veículo coletor, e Identificação da unidade de disposição final (Anexo 6). A Planilha deve vir acompanhada de cópia dos certificados de coleta dos resíduos perigosos ou contaminados emitidos, bem como cópia da Licença Ambiental de Operação da respectiva empresa coletora e unidade de disposição final.
  - III. Resultados analíticos (realizado em laboratório credenciado) – em planilha e com interpretação -, procedimentos de amostragem, cadeias de custódia e laudos analíticos do



monitoramento dos efluentes do Sistema Separador Água e Óleo – SSAO: pH, óleos e graxas, surfactantes, sólidos em suspensão e fenóis, quando couber.

- IV. Resultados analíticos (realizado em laboratório credenciado) – em planilha e com interpretação -, procedimentos de amostragem, cadeias de custódia e laudos analíticos do monitoramento dos efluentes da Estação de Tratamento de Efluente – ETE, quando couber.
- V. Comprovante de limpeza do sistema, emitido por empresa devidamente licenciada, se o sistema de tratamento de efluentes sanitários for composto por tanque séptico/filtro anaeróbio.

- Nas glebas em áreas urbanas e regiões metropolitanas, com a cobertura florestal em estágio médio e/ou avançado de regeneração aplica-se a Lei nº. 11.428/06, arts. 30 e 31. A compensação se dá na forma da Lei nº. 11.428/06, art. 17.
- Nos casos de empreendimentos de pequeno, médio e grande porte, passível de licenciamento sujeito à apresentação de RAP, o INIS pode determinar, as expensas do empreendedor, a realização de reuniões técnicas informativas.
- As cabines de pintura deverão utilizar dispositivos de retenção de odores e particulados, cortina d'água ou similar.
- Conforme Instrução Normativa nº 117/INIS deverá ser apresentado projeto de contenção de águas pluviais (Águas da chuva).

## **6. Documentação Necessária para o Licenciamento da Atividade**

### **6.1. Licença Ambiental Prévia**

- a. Requerimento da Licença Ambiental Prévia e confirmação de localização do empreendimento segundo suas coordenadas geográficas (latitude/longitude) ou planas (UTM). Ver modelo Anexo 1.
- b. Procuração para representação do interessado, com firma reconhecida. Ver modelo Anexo 2.
- c. Cópia do comprovante de quitação do Documento de Arrecadação de Receita Municipal, expedido pelo INIS.
- d. Cópia da Ata da eleição de última diretoria quando se tratar de Sociedade ou do Contrato Social registrado quando se tratar de Sociedade de Quotas de Responsabilidade Limitada.
- e. Cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ou do Cadastro de Pessoa Física (CPF).
- f. Cópia da Transcrição ou Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis atualizada (no máximo 90 dias). Quando se tratar de imóvel situado em área rural, a Averbação da Reserva Legal, de no mínimo 20% da área total da propriedade deve constar da Transcrição ou Matrícula. Ver Instrução Normativa nº. 15.
- g. Anuência do(s) proprietário(s) do imóvel com firma reconhecida, declarando expressamente a inexistência de óbices quanto à realização de estudos ambientais que visem a implantação de indústria na área (casos em que o empreendedor não é o proprietário da área).
- h. Cópia da consulta de viabilidade expedida pelo município. Não serão aceitas consultas de viabilidade com prazo vencido.
- i. Certidão emitida pela prestadora de serviço público de esgotamento sanitário referente a viabilidade de lançamento de esgoto na rede pública coletora, quando couber.

- j. Número do protocolo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) comprovando a entrega do Diagnóstico Arqueológico, (quando da existência de indícios), quando couber.
- l. Estudo Ambiental Simplificado em uma via impressa em formato A4 e uma via em formato digital (CD), sendo que as ilustrações, cartas, plantas, desenhos, mapas e fotografias, que não puderem ser apresentadas nos formatos sugeridos, devem constituir um volume anexo; ou Relatório Ambiental Prévio em uma via impressa no formato A4. O EAS deve ser subscrito por todos os profissionais da equipe técnica de elaboração.
- m. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do Relatório Ambiental Prévio.
- n. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do estudo fitossociológico.
- o. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do estudo faunístico.

## **6.2. Licença Ambiental de Instalação**

- a. Requerimento da Licença Ambiental de Instalação. Ver modelo Anexo 1.
- b. Procuração, para representação do interessado, com firma reconhecida. Ver modelo Anexo 2.
- c. Cópia da Transcrição ou Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis atualizada (no máximo 90 dias). Dispensável quando o empreendedor já comprovou a propriedade do imóvel na fase de licenciamento ambiental prévio.
- d. Cópia autenticada do documento que comprove a posse ou possibilidade de uso do imóvel para instalação de indústria e equipamentos afins, quando couber.
- e. Projeto executivo, com memorial descritivo, das unidades que compõem o empreendimento (lavagem, borracharia, cabine de pintura, comercialização de peças, *show room*, áreas de conveniência, pós venda, atendimento a clientes).
- f. Projeto executivo, com memorial descritivo, do Sistema Separador Água e Óleo – SSAO para o box de troca de óleo lubrificante e área de lavagem.
- g. Projeto executivo, com memorial descritivo, do Sistema de Aproveitamento de Águas Pluviais, conforme IN 117/INIS.
- h. Projeto de instalação de simbologia de advertência (proibido fumar, avisos ao consumidor e demais avisos de segurança e operação).
- i. Cronograma físico de execução de obras e montagem de equipamentos.
- j. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do projeto arquitetônico e hidrossanitário do empreendimento e controles ambientais.
- k. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do projeto de aproveitamento de águas pluviais.
- l. Análise prévia atualizada emitida pela Defesa Civil.
- m. Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme Termo de Referência (Anexo 5).
- n. Projeto Hidrossanitário, conforme IN nº 103/2012/INIS.

- o. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração e execução do PGRCC.
- p. Projeto de Reaproveitamento de Água Pluvial, conforme Lei Municipal nº 3445, de 20 de outubro de 1999, quando couber.
- q. Projeto de remediação de passivo ambiental pré-existente na área objeto do empreendimento, quando for o caso.

### **6.3. Licença Ambiental de Operação**

- a. Requerimento da Licença Ambiental de Operação. Ver modelo Anexo 1.
- b. Procuração, para representação do interessado, com firma reconhecida. Ver modelo Anexo 2.
- d. Cópia do atestado de vistoria e aprovação do Corpo de Bombeiros.
- e. Cópia do contrato de coleta e destinação final dos resíduos Classe 1 – Perigosos.
- f. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) atualizada do(s) profissional(ais) habilitado(s) para operação e acompanhamento dos controles ambientais da atividade.
- g. Estudo de Conformidade Ambiental (ECA). O ECA deve ser subscrito por todos os profissionais da equipe técnica de elaboração. (Empreendimentos em regularização). O ECA deve conter também:
- h. Informação sobre as atividades desenvolvidas (lavação, reparos mecânicos, seção de pintura, auto elétrica, troca de óleo, lubrificação, borracharia, geometria e etc...)
- i. Laudos da qualidade dos efluentes do Sistema Separador Água e Óleo – SSAO: pH, óleos e graxas, detergentes, sólidos em suspensão e fenóis.
- j. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) atualizada do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do Estudo de Conformidade Ambiental.
- k. Autorização da companhia concessionária no caso de lançamentos de qualquer tipo de efluente líquido em rede pública de esgoto, quando couber.
- l. Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), conforme estabelece a Lei 14.675/09 art. 266.
- m. Relatório técnico comprovando efetivo cumprimento das exigências e condicionantes estabelecidos na Licença Ambiental Prévia e/ou Licença Ambiental de Instalação, acompanhados de relatório fotográfico comprovando o cumprimento das condicionantes da LAP e/ou LAI.

### **6.4. Renovação da Licença Ambiental de Operação<sup>2</sup>**

- a. Requerimento de renovação da Licença Ambiental de Operação. Ver modelo Anexo 1.
- b. Procuração, para representação do interessado, com firma reconhecida. Ver modelo Anexo 2.
- c. Cópia do Certificado de Regularidade junto ao IBAMA.
- d. Laudos da qualidade dos efluentes do Sistema Separador Água e Óleo – SSAO: pH, óleos e graxas, detergentes, sólidos em suspensão e fenóis.
- e. Relatório técnico comprovando efetivo cumprimento das exigências e condicionantes



estabelecidos na Licença Ambiental de Operação, acompanhados de relatório fotográfico, e declaração de que não houve ampliação ou modificação do empreendimento.

- f. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do relatório técnico.
- g. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) atualizada do(s) profissional(ais) habilitado(s) para operação e acompanhamento dos controles ambientais da atividade.

#### **6.5. Autorização Ambiental e Renovação de Autorização Ambiental - (AUA).**

- a. Requerimento de AuA, devidamente preenchido. Ver modelo anexo 1.
- b. Formulário de AuA, devidamente preenchido. Ver modelo anexo 10.
- c. Cópia do comprovante de pagamento da taxa INIS.
- d. Consulta Prévia realizada junto a Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU
- e. Cópia do alvará de funcionamento vigente, em caso de regularização de atividade.
- f. Cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)
- g. Contrato Social consolidado ou similar.
- h. Contrato de Compra e Venda ou Contrato de Locação (reconhecidos em cartório) ou Matrícula atualizada do imóvel (90 dias).
- i. Licença ou cadastro válido dos prestadores de serviços terceirizados que recolhem óleo, lubrificante usado e resíduos perigosos ( estopas sujas, filtro de pintura, tintas, etc).
- j. Formulário do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) devidamente preenchido. Ver modelo anexo 7.
- k. Comprovante de limpeza do tanque séptico e filtro anaeróbico, quando for o caso.
- l. Cópia do contrato de coleta e destinação final dos resíduos classe 1 – perigosos. Apresentar também cópia do comprovante de destinação final.
- m. Laudos da qualidade dos efluentes líquidos gerados no estabelecimento contemplando, no mínimo os seguintes parâmetros: pH, fenóis, temperatura, óleos e graxas, surfactantes, sólidos suspensos, DBO, DQO, materiais sedimentáveis. As análises deverão ser realizada por laboratórios credenciados. O órgão ambiental poderá exigir outras análises, caso necessário.
- n. Atendimento das condicionantes da AUA anterior, quando for o caso de renovação de AUA.
- o. Projeto executivo, com memorial descritivo, do Sistema de Aproveitamento de Águas Pluviais, conforme IN 117/INIS.
- p. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do projeto de aproveitamento de águas pluviais.

**Anexo 1**  
**Modelo de Requerimento**

Ao

Instituto Itajaí Sustentável – INIS

O(A) requerente abaixo identificado(a) solicita ao Instituto Itajaí Sustentável – INIS, análise dos documentos, projetos e estudos ambientais, anexos, com vistas a ( ) **obtenção**, ( ) **renovação** da **Licença Ambiental** ( ) **Prévia**, ( ) **Instalação**, ( ) **Operação** para o empreendimento/atividade abaixo qualificado:

<b>Dados Pessoais do (a) Requerente</b>																	
RAZÃO SOCIAL/NOME:																	
CNPJ/CPF:																	
<b>Endereço do (a) Requerente</b>																	
CEP:						LOGRADOURO:											
COMPLEMENTO:						BAIRRO:											
MUNICÍPIO:						UF:				DDD:				TELEFONE:			
<b>Dados do Empreendimento</b>																	
RAZÃO SOCIAL/NOME:																	
CNPJ/CPF:																	
<b>Endereço do Empreendimento</b>																	
CEP:						LOGRADOURO:											
COMPLEMENTO:						BAIRRO:											
MUNICÍPIO:						UF:		<b>SC</b>		TELEFONE							
<b>Dados de confirmação das coordenadas geográficas ou coordenadas planas (UTM) no sistema geodésico (DATUM) SAD-69, de um ponto no local de intervenção do empreendimento.</b>																	
ÁREA ÚTIL:								ÁREA TOTAL:									
LOCALIZAÇÃO:		Latitude(S):		g:		m:		S:		Longitude(W):		g:		m:		s:	
COORDENADAS UTM x:								COORDENADAS UTM y:									
<b>Assinatura</b>																	
Nestes termos, pede deferimento.																	
Local e data						,		de				de					
NOME/ASSINATURA DO(A) REQUERENTE:																	

## Anexo 2 Modelo de Procuração

<p>Pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) outorgante abaixo qualificado(a), nomeia e constitui seu bastante procurador(a) o(a) outorgado(a) abaixo qualificado(a) para representá-lo(a) junto à Fundação do Meio Ambiente no processo de ( )<b>obtenção</b> ( )<b>renovação da Licença Ambiental</b> ( )<b>Prévia</b>, ( )<b>Instalação</b>, ( )<b>Operação</b> do empreendimento/atividade abaixo qualificado.</p>									
<b>Dados do(a) Outorgante</b>									
RAZÃO SOCIAL/NOME:					NACIONALIDADE:				
ESTADO CIVIL:			PROFISSÃO:			CARGO:			
EMPRESA:							CNPJ/CPF:		
<b>Endereço do(a) outorgante</b>									
CEP:		LOGRADOURO:							
COMPLEMENTO:					BAIRRO:				
MUNICÍPIO:					UF:				
<b>Dados do(a) Outorgado(a)</b>									
RAZÃO SOCIAL/NOME:					NACIONALIDADE:				
ESTADO CIVIL:			PROFISSÃO:			CARGO:			
RG:							CNPJ/CPF:		
<b>Endereço do(a) Outorgado(a)</b>									
CEP:		LOGRADOURO:							
COMPLEMENTO:					BAIRRO:				
MUNICÍPIO:					UF:				
<b>Dados da Área do Empreendimento/Atividade</b>									
EMPREENHIMENTO/ATIVIDADE:									
CEP:		LOGRADOURO:							
BAIRRO:					MUNICÍPIO:		UF:		<b>SC</b>
<b>Assinaturas</b>									
Local e data				de		de			
<p>.....</p> <p>Outorgante</p>					<p>.....</p> <p>Outorgado(a)</p>				

---

### Anexo 3

#### **Termo de Referência para Elaboração do Relatório Ambiental Prévio (RAP)**

O Relatório Ambiental Prévio é um estudo técnico elaborado por um profissional habilitado ou mesmo equipe multidisciplinar que oferece elementos para a análise da viabilidade ambiental de empreendimentos ou atividades consideradas potencialmente ou efetivamente causadoras de degradação do meio ambiente. O objetivo de sua apresentação é a obtenção da Licença Ambiental Prévia.

O Relatório Ambiental Prévio deve abordar a interação entre elementos dos meios físico, biológico e sócio- econômico, buscando a elaboração de um diagnóstico simplificado da área do empreendimento e entorno, possibilitando a descrição sucinta dos impactos resultantes da implantação do empreendimento, e a definição das medidas mitigadoras, de controle ambiental, e compensatórias, quando couber.

Este Termo de Referência apresenta o conteúdo mínimo a ser contemplado. De acordo com o porte do empreendimento, da área de inserção e da capacidade de suporte do meio, o INIS pode solicitar estudos complementares, Estudo de Análise de Risco e respectivo Projeto de Remediação, bem como outras informações que julgar necessárias para a análise do processo de licenciamento.

Caso o Relatório Ambiental Prévio não seja suficiente para avaliar a viabilidade ambiental do objeto do licenciamento, será exigida a apresentação do Estudo de Ambiental Simplificado.

#### **1 Caracterização do Empreendimento**

Descrever o empreendimento contemplando os itens abaixo:

Planta de situação do empreendimento indicando áreas de lavação, área de borracharia, cabine de pintura, comercialização de peças, show room, áreas de conveniência, pós venda, atendimento a clientes, etc., acessos e área de estacionamento, em escala e resolução adequadas<sup>5</sup>.

Descrever as características técnicas dos sistemas de controle: Câmaras de acesso ao sistema de tratamento de efluentes líquidos, e SSAO.

Descrever as obras a serem realizadas para implantação do empreendimento indicando a existência de áreas de troca de óleo, lubrificações, lavação e cabine de pintura.

Informar as fontes de abastecimento de água com previsão de vazão mensal.

Informar o tratamento e destino dos efluentes a serem gerados, e sua concordância com a legislação vigente.

Informar o destino dos resíduos sólidos e a situação da destinação proposta em relação à legislação vigente.

Estimar a mão-de-obra necessária para implantação e operação do empreendimento: número total de empregados, inclusive pessoal de serviço terceirizado que compareça regularmente no estabelecimento (vigilantes, faxineiras, etc.).

Apresentar estimativa do custo total do empreendimento.

Apresentar o cronograma de implantação.

#### **2 Caracterização da Área do Empreendimento**

As informações a serem abordadas neste item devem propiciar a caracterização da área afetada pelo empreendimento.

Apresentar em croqui, em escala adequada, a localização do empreendimento em relação ao corpo receptor e cursos d'água com respectivas classes de uso, identificando o ponto de lançamento do efluente das águas domésticas e residuárias após tratamento, bem como contemplando a caracterização das edificações existentes num raio de 100m com destaque para a existência de clínicas médicas, hospitais, sistema viário, habitações multifamiliares, escolas, indústrias ou estabelecimentos comerciais.

Descrever a área de entorno do empreendimento quanto ao uso do solo e existência de equipamentos urbanos e unidades de conservação. Para um raio de 100 metros destacar as clínicas médicas, hospitais, sistema viário, habitações multifamiliares, escolas, indústrias e estabelecimentos comerciais.

Descrever o tipo de ocupação de cada propriedade limítrofe à área do empreendimento.

Caracterizar a geologia da área do empreendimento com análise do solo, contemplando a permeabilidade do solo.

Caracterizar a cobertura vegetal na área de influência direta do empreendimento acompanhado de relatório fotográfico, devidamente datado.

Em caso de supressão de vegetação, caracterizar a cobertura vegetal da área total do empreendimento, com base no levantamento fitossociológico, contendo os seguintes parâmetros básicos:

- a. Levantamento de toda a cobertura vegetal existente na área, relacionando as espécies vegetais nativas e exóticas (nomes populares e científicos);
- b. Estágios sucessionais das principais formações vegetais;
- c. Densidade das espécies predominantes, por medida de área;
- b. Levantamento detalhado das espécies imunes ao corte e das ameaçadas de extinção;
- c. Mapa ou croqui da área total do empreendimento indicando a localização das principais formações vegetais e a exata localização dos espécimes endêmicas, imunes ao corte ou ameaçados de extinção;
- d. Relatório fotográfico da área do empreendimento, contemplando a vegetação inventariada;
- e. Metodologia de análise utilizada na coleta dos dados em campo;
- f. Bibliografia consultada.

Informar a ocorrência de fauna na área de entorno do empreendimento, relacionando as espécies animais (nomes populares e científicos) e as espécies as ameaçadas de extinção, conforme lista oficial do IBAMA.

Informar existência de indícios de vestígios arqueológicos, históricos ou artísticos na área diretamente afetada pelo empreendimento. Havendo indícios, informações ou evidências da existência de tais sítios, na protocolização do EAS deverá ser apresentado o Protocolo do IPHAN comprovando a entrega do Diagnóstico Arqueológico, conforme a Resolução SMA 34/03, Artigo 1º, § único

### **3 Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras ou Compensatórias**

Identificar os principais impactos que poderão ocorrer em função das diversas ações previstas para a implantação e operação do empreendimento: conflitos de uso do solo, intensificação de tráfego na área, aumento do nível de ruído, valorização/desvalorização imobiliária, interferência na infraestrutura e paisagem existente, interferência em áreas de preservação permanente, supressão de cobertura vegetal, alteração da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, erosão e assoreamento, entre outros.

Para cada impacto indicado descrever as medidas que visam minimizar ou compensar os impactos

---

adversos, ou ainda potencializar os impactos positivos.

Havendo necessidade de supressão de vegetação secundária em estágio avançado e médio de regeneração do Bioma da Mata Atlântica, a compensação ambiental, também deve incluir a destinação de área equivalente a área desmatada, conforme o disposto na Lei nº. 11.428/06, art.17.

#### **4 Equipe Técnica**

Identificar o profissional habilitado responsável pela elaboração do Relatório Ambiental Prévio, informando:

- a. Nome;
- b. CPF;
- c. Qualificação profissional;
- d. Número do registro do profissional, em seus respectivos conselhos de classe e região;
- e. Local e data;
- f. Cópia da ART ou AFT, expedida.



#### Anexo 4 - Planilha Anual de Destinação do Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado

<b>Dados do empreendimento</b>						
RAZÃO SOCIAL/NOME:				CNPJ:		
<b>Endereço do empreendimento</b>						
LOGRADOURO:		COMPLEMENTO:		MUNICÍPIO:		UF: <b>SC</b>
Identificação da Empresa Coletora	N. do Certificado de Coleta	Data da Coleta	Volume (L) Coletado	Placa do veículo Coletor	Identificação da Empresa Rerrefinada	

.....  
Assinatura do Empreendedor

NOME: .....

---

## Anexo 5

### Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC

#### IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR:

##### - Pessoa Jurídica:

- Razão Social
- Nome Fantasia
- Endereço Completo
- CNPJ
- Responsável Legal pela Empresa (nome, CPF, telefone, fax e e-mail)

##### - Pessoa Física:

- Nome
- Endereço Completo
- CPF
- Documento de Identidade

##### - RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA OBRA:

- Nome
- Endereço Completo
- CPF
- Telefone/Fax
- E-mail
- CREA / ART

#### RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ELABORAÇÃO DO PGRCC:

O PGRCC deve ser elaborado por um profissional ou equipe técnica devidamente habilitada, com inscrição no respectivo Conselho de Classe.

- Nome
- Endereço Completo
- Telefone/Fax
- E-mail
- Inscrição no Conselho de Classe

Obs.: Deverá constar na ART do projeto o código referente aos Resíduos da Construção Civil (A0465)

#### RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA IMPLEMENTAÇÃO DO PGRCC:

- Nome
- Formação Profissional
- Inscrição no Conselho de Classe

Obs: apontar, conforme dados acima, os demais integrantes no caso de equipe técnica responsável pela implementação do PGRCC.

---

## CARACTERIZAÇÃO DOS RESÍDUOS:

No caso de demolição, o Gerador deverá descrever as etapas que serão utilizadas para o processo de demolição do empreendimento.

Os Resíduos da Construção Civil – RCC deverão ser identificados e classificados conforme as Resoluções CONAMA nº 307/02, nº 348/2004, nº 431/11 e 448/12.

### Estimar quantidade gerada em m³ ou em toneladas para cada classe dos RCC.

**Classe A:** são resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados. São aqueles provenientes de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação ou edificações como também daqueles provenientes da fabricação ou demolição de peças pré-moldadas em concreto.

Ex: resíduos de alvenaria, resíduos de concreto, resíduos de peças cerâmicas, pedras, restos de argamassa, solo escavado, entre outros.

**Classe B:** são os resíduos recicláveis para outras destinações.

Ex: Gesso, plásticos (embalagens, PVC de instalações), papéis e papelões (embalagens de argamassa, embalagens em geral, documentos), metais (perfis metálicos, tubos de ferro galvanizado, marmitec de alumínio, aço, esquadrias de alumínio, grades de ferro e resíduos de ferro em geral, fios de cobre, latas), madeiras (forma) e vidros.

**Classe C:** são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação.

Ex: Estopas, isopor, lixas, mantas asfáltica, massas de vidro, sacos de cimento e tubos de poliuretano.

**Classe D:** são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção ou demolições.

Ex: tintas, solventes, óleos, resíduos de clínicas radiológicas, latas e sobras de aditivos e desmoldantes, telhas e outros materiais de amianto, tintas e sobras de material de pintura.

## ADOÇÃO DA POLÍTICA DOS 3 R's (REDUZIR, REUTILIZAR E RECICLAR):

Descrever quais serão as medidas adotadas para reduzir o desperdício de materiais durante as obras de implantação. Sempre que possível, o resíduo Classe A gerado deverá ser reutilizado na própria obra.

## TRIAGEM DOS RESÍDUOS:

O gerador deverá descrever os procedimentos adotados quanto à segregação do RCC, a qual deverá ser feita preferencialmente na origem, exceto para os resíduos de classe D, que obrigatoriamente deverá ser segregado separadamente Conforme exposto no Art. 22 da Lei municipal nº 6141, de 05 de junho de 2012.

O processo de triagem tem como objetivo a separação do RCC de acordo com a sua classe. No momento da segregação, a mistura de RCC de diferentes classes deverá ser evitada, pois prejudicará a qualidade final do resíduo.

Deverá ser apresentado um croqui que identifique no projeto do canteiro de obras local apropriado para o processo de triagem dos resíduos, o que facilitará a sua remoção e encaminhamento à

---

destinação escolhida.

#### **ACONDICIONAMENTO DOS RESÍDUOS:**

O Gerador deverá informar o sistema adotado para acondicionamento de RCC para cada classe de resíduo, identificando as características construtivas do mesmo (dimensões e volume).

Os RCC deverão ser acondicionados conforme sua classificação. Os resíduos deverão ser armazenados ou acondicionados em locais apropriados de maneira a facilitar a coleta para o transporte sem prejudicar o andamento das atividades do empreendimento.

Os locais de acondicionamento deverão ser identificados de forma a evitar a mistura de resíduos de classes diferentes.

Deverá ser apresentado um croqui que identifique no projeto do canteiro de obras, local apropriado para o acondicionamento dos resíduos, o que facilitará a sua remoção e encaminhamento à destinação escolhida.

Obs.: Poderá ser utilizado o mesmo croqui para a identificação do local de triagem e de acondicionamento de RCC.

#### **TRANSPORTE DOS RESÍDUOS:**

A transportadora deverá ser identificada por classe de resíduo, bem como, deverá constar o volume estimado a ser transportado por cada empresa.

O transporte do RCC deverá ser realizado em conformidade com a legislação municipal vigente, por empresa de transporte devidamente cadastrada e licenciada pelo órgão ambiental competente. Apresentar a cópia da licença ambiental da empresa responsável pelo transporte.

Obs: No momento da contratação do transporte, o Gerador deverá assinar o Controle de Transporte de Resíduos - CTR, pois este será utilizado para o controle do transporte e da destinação final dos resíduos.

Os CTRs devem ser apresentados para obtenção da Licença Ambiental de Operação - LAO junto ao INIS.

#### **DESTINAÇÃO FINAL:**

Deverão ser indicadas as áreas de destinação para cada classe ou tipo de resíduo, devidamente autorizadas e licenciadas pelo órgão ambiental competente, e o responsável pela destinação dos resíduos, apresentando as seguintes informações:

- Razão Social
- Nome Fantasia
- Endereço Completo
- CNPJ
- Responsável Legal pela Empresa (nome, CPF, telefone, fax e e-mail)
- Nº da licença ambiental

#### **PLANO DE CAPACITAÇÃO**

---

O Gerador deverá descrever as ações de sensibilização e educação ambiental para os trabalhadores da construção, visando atingir as metas de minimização, reutilização e segregação dos resíduos sólidos na origem bem como seus corretos acondicionamentos, armazenamento e transporte.

### **CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PGRCC**

Deverá ser apresentado um cronograma de implantação do PGRCC para todo o período do empreendimento.

Quando requerida a Licença Ambiental de Operação - LAO, deverá ser apresentado relatório fotográfico referente à implantação do PGRCC, bem como comprovante de destino dos resíduos.

Assinatura do proprietário

Assinatura do responsável técnico.

**Anexo 6 - Planilha Anual de Destinação dos Resíduos  
Sólidos Contaminados**


<b>Dados do empreendimento:</b>					
RAZÃO SOCIAL/NOME:				CNPJ:	
<b>Endereço do empreendimento</b>					
LOGRADOURO:		COMPLEMENTO:		MUNICÍPIO:	
UF:					
Identificação da Empresa Coletora	Nº do Certificado de Coleta	Data da Coleta	Volume (m³) ou Quantidade (Kg) Coletado	Placa do veículo Coletor	Identificação da Empresa de Disposição Final

Assinatura do Empreendedor NOME: .....



**Anexo 7**

**Programa de Gerenciamento de Resíduos Simplificado.**

	<b>Programa de Gerenciamento de Resíduos Simplificado.</b>	
<b>1 – IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO</b>		
RAZÃO SOCIAL:		
NOME FANTASIA:		
ATIVIDADE EXERCIDA:		
CNPJ:	DATA DO INÍCIO DE FUNCIONAMENTO (ou previsão): ____/____/____	
ÁREA ÚTIL:	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS:	

<b>2 – LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO</b>	
ENDEREÇO COMPLETO:	
BAIRRO:	CEP:
TELEFONE:	E-MAIL:

<b>3 – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELO ESTABELECIMENTO</b>	
NOME:	
ENDEREÇO COMPLETO:	
BAIRRO:	CEP:
TELEFONE:	E-MAIL:

#### 4 – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PGRS

NOME:	IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL:
ENDEREÇO COMPLETO:	
BAIRRO:	CEP:
TELEFONE:	E-MAIL:

#### 5 – DADOS SOBRE A GERAÇÃO E O ARMAZENAMENTO DE RESÍDUOS

QUANTIDADE TOTAL DE RESÍDUOS GERADOS POR MÊS:

\_\_\_\_\_ QUILOGRAMAS/MÊS OU M³/MÊS

CLASSE (NBR 10004/2004)	TIPO DE RESÍDUO	FORMA DE ACONDICIONAMENTO
CLASSE I PERIGOSO	<input type="checkbox"/> ÓLEO LUBRIFICANTE  <input type="checkbox"/> ÓLEO LUBRIFICANTE USADO <input type="checkbox"/> ÓLEO QUEIMADO <input type="checkbox"/> FILTROS DE ÓLEO USADOS  <input type="checkbox"/> SERRAGEM, ESTOPA, PANO OU PAPELÃO CONTAMINADOS POR ÓLEO	
CLASSE (NBR 10004/2004)	TIPO DE RESÍDUO	FORMA DE ACONDICIONAMENTO
CLASSE I PERIGOSO	<input type="checkbox"/> RESÍDUO DE CAIXA SEPARADORA DE ÁGUA E ÓLEO <input type="checkbox"/> EMBALAGENS PLÁSTICAS DE ÓLEO <input type="checkbox"/> BATERIAS DE CHUMBO ÁCIDO/NÍQUEL – CÁDMIO/MERCÚRIO <input type="checkbox"/> PILHAS <input type="checkbox"/> LÂMPADAS	

	<input type="checkbox"/> PRODUTOS QUÍMICOS  <input type="checkbox"/> TINTAS  <input type="checkbox"/> SOLVENTES/VERNIZES/CORANTES/LACAS  <input type="checkbox"/> LATAS DE TINTAS E SOLVENTES  <input type="checkbox"/> GRAXAS  <input type="checkbox"/> THINNER  <input type="checkbox"/> EMBALAGENS DE AGROQUÍMICOS (AGROTÓXICOS)  <input type="checkbox"/> OUTROS. ESPECIFICAR: _____ _____ _____ _____	
<b>CLASSE II- A</b>  <b>NÃO INERTES</b>	<input type="checkbox"/> RESÍDUOS ORGÂNICOS	
	<input type="checkbox"/> PAPEL/PAPELÃO	
	<input type="checkbox"/> METAL	
	<input type="checkbox"/> OUTROS. ESPECIFICAR: _____ _____ _____ _____	
<b>CLASSE II- B</b>  <b>INERTES</b>	<input type="checkbox"/> TIJOLO/ENTULHO	
	<input type="checkbox"/> VIDRO	
	<input type="checkbox"/> PLÁSTICO	
	<input type="checkbox"/> OUTROS. ESPECIFICAR: _____ _____ _____ _____	

POSSUI ÁREA INTERNA DE ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS ( ) Sim ( ) Não  Descrever: _____ _____	POSSUI ÁREA EXTERNA DE ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS ( ) Sim ( ) Não  Descrever: _____ _____

#### 6. – INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE COLETA DOS RESÍDUOS

1 - RAZÃO SOCIAL:	
NÚMERO LICENÇA AMBIENTAL:	TIPO DE RESÍDUO:
2 - RAZÃO SOCIAL:	
NÚMERO LICENÇA AMBIENTAL:	TIPO DE RESÍDUO:
3 - RAZÃO SOCIAL:	
NÚMERO LICENÇA AMBIENTAL:	TIPO DE RESÍDUO:

#### 7 – INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE TRATAMENTO/DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS

1 - RAZÃO SOCIAL:	
NÚMERO LICENÇA AMBIENTAL:	TIPO DE RESÍDUO:
2 - RAZÃO SOCIAL:	
NÚMERO LICENÇA AMBIENTAL:	TIPO DE RESÍDUO:

3 - RAZÃO SOCIAL:

NÚMERO LICENÇA AMBIENTAL:

TIPO DE RESÍDUO:

**8 – ANEXOS** (documentação que deve estar em anexo para apreciação)

- CÓPIA DO(S) CONTRATO(S) DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DAS EMPRESAS RESPONSÁVEIS PELA COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS OU COMPROVANTE(S) DE RECOLHIMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS;

- CÓPIA DA(S) LICENÇA(S) AMBIENTAL(IS) DE OPERAÇÃO DAS EMPRESAS RESPONSÁVEIS PELA COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS;

- CÓPIA DO(S) CONTRATO(S) DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS (COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS), QUANDO PERTINENTE.

**DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES PRESTADAS ACIMA SÃO VERDADEIRAS**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**DATA**

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO PGRS

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PGRS

## **Anexo 8**

### **Termo de Referência para Elaboração do Estudo Ambiental Simplificado (EAS)**

O Estudo Ambiental Simplificado é um estudo técnico elaborado por equipe multidisciplinar que oferece elementos para a análise da viabilidade ambiental de empreendimentos ou atividades consideradas potencial ou efetivamente causadoras de degradação do meio ambiente. O objetivo de sua apresentação é a obtenção da Licença Ambiental Prévia.

O Estudo Ambiental Simplificado deve abordar a interação entre elementos dos meios físico, biológico e sócio-econômico, buscando a elaboração de um diagnóstico integrado da área de influência do empreendimento, possibilitando a avaliação dos impactos resultantes da implantação do empreendimento, e a definição das medidas mitigadoras, de controle ambiental e compensatório, quando couber.

O EAS deve conter as informações que permitam caracterizar a natureza e porte do empreendimento a ser licenciado e, como objeto principal, os resultados dos levantamentos e estudos realizados pelo empreendedor, os quais permitirão identificar as não conformidades ambientais e legais. Assim, será o documento norteador das ações mitigadoras a serem propostas no Programas Ambientais, visando a solucionar os problemas detectados.

Este Termo de Referência apresenta o conteúdo mínimo a ser contemplado. De acordo com o porte do empreendimento, da área de inserção e da capacidade de suporte do meio, o INIS pode solicitar estudos complementares como Estudo de Análise de Riscos bem como outras informações que julgar necessárias para a análise do processo de licenciamento.

Caso o Estudo Ambiental Simplificado não seja suficiente para avaliar a viabilidade ambiental do objeto do licenciamento, será exigida a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental.

#### **1 Objeto de Licenciamento**

Apresentar uma síntese do empreendimento e da caracterização da área atingida pelo mesmo. Indicar a natureza e porte do empreendimento objeto de licenciamento.

#### **2 Justificativa do Empreendimento**

Justificar a proposição da atividade ou empreendimento apresentando os objetivos técnicos, ambientais, econômicos e sociais do projeto, bem como sua compatibilização com os demais planos e programas governamentais, políticas e projetos setoriais em fase de planejamento ou de implantação na região.

#### **3 Caracterização do Empreendimento**

Descrever o empreendimento contemplando os itens abaixo:

- Localização do empreendimento em carta topográfica oficial, em escala e resolução adequadas<sup>6</sup>, com coordenadas geográficas ou planas (UTM), considerando o(s) município(s) atingido(s), as bacias hidrográficas e corpos d'água, malha viária existente, remanescentes florestais e outras interferências consideradas relevantes.
- Análise histórica dos usos pretéritos da área a ser licenciada. Caso a análise indique uso pretérito por atividade(s) potencialmente poluidoras(s), deve ser conduzida uma investigação ambiental do solo e águas subterrâneas, com o objetivo de confirmar ou descartar a presença de contaminação, e a necessidade de medidas de intervenção destinada à remediação da



área.

- Descrição e identificação, em planta planimétrica, em escala e resolução adequadas<sup>6</sup>, das estruturas e instalações previstas e possíveis áreas de apoio, como acessos (provisórios e/ou definitivos), canteiro de obras, pátios, de armazenamento temporário de resíduos sólidos, de estruturas de controle ambiental, de armazenamento das matérias-primas principais, demais insumos e dos produtos finais. Identificar também as áreas previstas para futuros planos de expansão.
- Descrição das características técnicas do empreendimento indicando:
  - a. Matérias primas e insumos (identificação, estado físico, forma de acondicionamento, estocagem e consumo mensal);
  - b. Produtos fabricados, destacando os principais e os secundários (identificação, estado físico, forma de acondicionamento, estocagem e produção mensal);
  - c. Efluentes líquidos gerados (caracterização do efluente bruto e tratado, pontos de geração, estimativa de vazão e tratamentos previstos);
  - d. Efluentes atmosféricos gerados (caracterização, pontos de geração, estimativa de geração e tratamentos previstos);
  - e. Resíduos gerados (estado físico, estimativa de geração em volume ou peso, classe do resíduo, forma de acondicionamento e estocagem);
  - f. Estimativa da capacidade de produção;
  - g. Regime de funcionamento (hora/dia; dia/mês; mês/ano), especificando o(s) turno(s).
- Avaliação dos insumos e produtos, assim como dos processos ou serviços que possam causar periculosidade ou gerar riscos. Identificada a possibilidade de riscos, para a fase de licenciamento ambiental de instalação, elaborar estudo de análise de risco e plano de ação emergencial das fases de implantação e operação do empreendimento.
- Fluxograma do processo e layout, com descrição textual do processo. Apresentar informações que permitam identificar as fontes ou etapas de geração de ruídos, de efluentes líquidos, de emissões atmosféricas, odores e de resíduos sólidos, assim como dos equipamentos de controle previstos. No caso de transformações químicas, apresentar as reações pertinentes.
- Previsão de consumo de energia elétrica do empreendimento e a descrição dos sistemas previstos de abastecimento de energia.
- Informação sobre a demanda a ser gerada pelo empreendimento em termos de abastecimento de água, indicando as fontes previstas para o abastecimento de água, previsão de captação de águas pluviais e/ou reutilização de efluentes tratados.
- Apresentar o balanço hídrico do empreendimento, considerando as entradas e saídas de água.
- Descrição sucinta e justificativa das escolhas dos sistemas de tratamento, controle e destinação final de efluentes líquidos, atmosféricos e resíduos sólidos, frente às tecnologias existentes.
- Descrição do canteiro de obra, informando os controles ambientais previstos para o esgotamento sanitário, emissões atmosféricas, águas pluviais e resíduos gerados (inclusive os resíduos de construção civil).
- Descrição e caracterização de possíveis demandas de material para aterro e área de

disposição do material excedente, indicando as estimativas de volumes, as especificações do material a ser movimentado, bem como a localização das possíveis áreas a serem utilizadas e respectiva regularidade ambiental.

- Estimativa da quantidade e origem da mão de obra a ser empregada nas diferentes etapas da atividade. Informar número total de empregados, inclusive pessoal de serviço terceirizado que compareça regularmente no estabelecimento (vigilantes, faxineiras, etc.).
- Estimativa do custo total do empreendimento.
- Cronograma de implantação.
- Outras informações técnicas consideradas importantes.

#### **4 Diagnóstico Ambiental da Área de Influência**

As informações a serem abordadas neste item devem propiciar o diagnóstico da área de influência direta (AID) do empreendimento, refletindo as condições atuais dos meios físico, biológico e socioeconômico. Devem ser inter-relacionadas, resultando num diagnóstico integrado que permita a avaliação dos prováveis impactos resultantes da implantação do empreendimento.

Delimitar, justificar e apresentar em mapa a área de influência direta (AID) do empreendimento, levando em conta aspectos sociais, biológicos e físicos.

Demonstrar a compatibilidade do empreendimento com a legislação aplicável, em especial nas áreas de interesse ambiental, mapeando as restrições à ocupação, considerando planos de gerenciamento costeiro, planos diretores, plano municipal de redução de riscos, entre outros.

Caracterizar o clima regional e local com ênfase na distribuição anual das chuvas, ventos, influência de marés e períodos de recorrência de eventos climáticos extremos.

Caracterizar os recursos hídricos superficiais da área, identificando e mapeando as sub-bacias hidrográficas atingidas, as vazões de cheias dos rios afetados pelo empreendimento, a qualidade das águas e seus diversos usos (abastecimento, industrial, irrigação, lazer, etc.).

No caso de lançamento de efluentes em corpo hídrico, apresentar estudo de capacidade de suporte, considerando as vazões de lançamento previstas, assim como a caracterização do efluente e a sua confrontação com os padrões de lançamento previstos na legislação pertinente, considerando as situações críticas de vazão e carga poluidora.

Caracterizar os recursos hídricos subterrâneos quanto aos seguintes aspectos:

- a. Tipo de aquífero (freático);
- b. Profundidade do nível freático, considerando a situação de maior índice pluviométrico;
- c. Áreas de recarga / descarga;
- d. Uso das águas subterrâneas na AID com a identificação dos poços de captação d'água;
- e. Definir as condições de *background* local e caracterizar a qualidade das águas subterrâneas (casos de empreendimentos que desenvolvem atividades com potencial de contaminação dos solos e águas subterrâneas). Os parâmetros de análise e limites de comparação devem ser aqueles definidos no Anexo I da Resolução CONAMA N°. 396/08, além de pH, condutividade elétrica e das potenciais substâncias ou compostos químicos que serão utilizados na atividade industrial;
- f. Apresentar em planta georreferenciada e em escala adequada, a área do

empreendimento, a delimitação do(s) aquífero(s), as áreas de recarga/descarga, a localização dos poços de captação e o(s) local (is) de coleta das águas subterrâneas para caracterização de *background*.

Apresentar caracterização geológica, geomorfológica, geotécnica e pedológica contemplando os seguintes tópicos:

- a. Mapa geológico e estrutural da AID, com detalhamento na área do empreendimento;
- b. Rochas, sedimentos, solos residuais e estruturas geológicas associadas, presentes na AID, com detalhamento na área do empreendimento;
- c. Condições geotécnicas dos maciços – solo e rocha;
- d. Horizontes pedológicos na AID, com maior detalhamento na área do empreendimento;
- e. Definição das condições naturais (*background*) do solo local (área do empreendimento), considerando as variações geológicas / pedológicas da área (casos de empreendimentos que desenvolvem atividades com potencial de contaminação dos solos e águas subterrâneas). Os parâmetros de análise (substâncias inorgânicas) devem ser aqueles listados no Anexo II da Resolução CONAMA nº. 420/09, além das potenciais substâncias ou compostos químicos que serão utilizados na atividade industrial;
- f. Para os dados geomorfológicos apresentar a caracterização da compartimentação topográfica geral do relevo, tipos de formas dominantes, classificação das formas quanto à origem (fluvial, cárstica, marinha, etc.), posição do empreendimento em relação aos principais acidentes de relevo (topo, sopé, encosta), e os processos da dinâmica do relevo atuantes (erosão, assoreamento, áreas inundáveis, deslizamentos, quedas de blocos, etc.);
- g. Susceptibilidade dos terrenos à ocorrência de processos físicos e de dinâmica superficial, com base em dados pedológicos, geomorfológicos, geológicos e geotécnicos.

Apresentar em planta planialtimétrica georreferenciada, em escala adequada<sup>6</sup>, a localização do empreendimento em relação aos recursos hídricos naturais e artificiais, perenes ou intermitentes (riachos, sangas, açudes, lagos, lagoas, nascentes, rios, drenagens, linhas de talvegue, áreas alagáveis ou inundáveis, banhados, etc.) e demais áreas de preservação permanente (APP).

Caracterizar a cobertura vegetal na área de influência direta do empreendimento acompanhado de relatório fotográfico.

Em caso de supressão de vegetação, caracterizar a cobertura vegetal da área total do empreendimento, com base no levantamento fitossociológico, contendo os seguintes parâmetros básicos:

- a. Levantamento de toda a cobertura vegetal existente na área, relacionando todas as espécies vegetais nativas e exóticas (nomes populares e científicos);
- b. Estágios sucessionais das principais formações vegetais;
- c. Densidade das espécies predominantes, por medida de área;
- d. Levantamento detalhado das espécies endêmicas, imunes ao corte e das ameaçadas de extinção;
- e. Mapa da área total do empreendimento indicando a localização das principais formações vegetais e a exata localização dos espécimes endêmicas, imunes ao corte ou ameaçados de extinção;
- f. Áreas de banhado de vegetação nativa e/ou de interesse específico para a fauna;

- g. Relatório fotográfico da área do empreendimento, contemplando a vegetação inventariada;
- h. Metodologia de análise utilizada na coleta dos dados em campo;
- i. Bibliografia consultada.

Caracterizar a fauna local e sua interação com a flora, contemplando:

- a. Relação das espécies animais (nomes populares e científicos) habitualmente encontradas na região do empreendimento; indicando a ocorrência de espécies migratórias, endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção, especificando sua importância no âmbito local, regional ou nacional;
- b. Metodologia de análise utilizada na coleta de dados;
- c. Indicar em mapa os locais de pouso e nidificação de aves migratórias;
- d. Avaliar a necessidade de implantação de sinalizadores para avifauna;
- e. Bibliografia consultada.

Elaborar mapa de restrição de uso considerando, entre outras áreas, as de preservação permanente, as inundáveis, de risco geológico-geotécnico, de recarga de aquífero.

Elaborar mapa de uso e ocupação do solo.

Caracterizar, na área de influência direta do empreendimento, os aspectos históricos e culturais do município e região, condições sociais e econômicas da população, principais atividades econômicas e serviços de infraestrutura. Indicar os equipamentos urbanos (especialmente escolas, unidades de saúde e áreas de lazer), sistema viário e de transportes, vetores de expansão urbana, outros empreendimentos similares, áreas degradadas próximas ao empreendimento (lixões, valas de esgoto, por exemplo), áreas de possível conflito fundiário e migração de população devido à implantação do empreendimento

Identificar em planta, em escala adequada<sup>6</sup>, as interferências do projeto sobre sistemas de infraestrutura.

Caracterizar as condições de mobilidade/tráfego atual e o incremento em decorrência da instalação do empreendimento, tanto para a fase de instalação como para a fase de operação.

Caracterizar, por profissional habilitado reconhecido pelo IPHAN, a área diretamente afetada pelo empreendimento quanto à existência de indícios de vestígios arqueológicos, históricos ou artísticos. Havendo indícios, informações ou evidências da existência de tais sítios, na protocolização do EAS deverá ser apresentado o Protocolo do IPHAN comprovando a entrega do Diagnóstico Arqueológico, conforme a Portaria nº. 230/02 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Apresentar levantamento das unidades de conservação que possam ser afetadas no seu interior ou zona de amortecimento, nos termos da Resolução CONAMA n. 428/10. Indicar as distâncias das Unidades de Conservação em relação ao empreendimento e suas áreas de influência, considerando as características e principais objetivos de cada unidade de conservação.

Apresentar levantamento de comunidades tradicionais (reservas indígenas, terras de remanescentes de quilombo, comunidades de pescadores, etc.), assentamentos rurais, monumentos naturais, potenciais turísticos e dos bens tombados existentes na área de influência direta do empreendimento.

## **5 Identificação dos Impactos Ambientais**

Identificar, os principais intervenções e impactos que poderão ocorrer em função das diversas ações previstas para a implantação e operação do empreendimento, considerando as características do

empreendimento frente ao diagnóstico ambiental realizado, como: conflitos de uso do solo e da água, intensificação de tráfego na área, valorização/desvalorização imobiliária, interferência na infraestrutura existente, realocação de população, supressão de cobertura vegetal, perda de habitat, supressão/redução/alteração da fauna aquática e terrestre, alteração no regime hídrico, alteração da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, alteração da qualidade do ar, alteração da qualidade do solo, perda de monumentos naturais, potenciais turísticos e de bens tombados, riscos de acidentes com produtos perigosos durante a operação do empreendimento, entre outros.

Os impactos ambientais detectados nas fases de planejamento, implantação, operação e desativação, deverão ser valorados e interpretados, especificando a metodologia utilizada.

## **6 Medidas Mitigadoras e Compensatórias**

Apresentar as medidas que visam minimizar ou compensar os impactos adversos, ou ainda potencializar os impactos positivos, identificados no item anterior. Essas medidas devem ser apresentadas e classificadas quanto: à sua natureza (preventiva ou corretiva); à fase do empreendimento em que deverão ser adotadas (implantação e operação); ao prazo de permanência de sua aplicação (curto, médio ou longo) e à ocorrência de acidentes.

Deverão ser mencionados também os impactos adversos que não possam ser evitados ou mitigados.

Nos casos em que a implantação da medida não couber ao empreendedor, deverá ser indicada a pessoa física ou jurídica competente.

## **7 Programas Ambientais**

Apresentar proposição de programas ambientais de controle e/ou monitoramento dos impactos ambientais decorrentes da instalação e operação do empreendimento e da eficiência das medidas mitigadoras a serem aplicadas, contendo no mínimo: (a) objetivo do programa; (b) fases em que se aplica; (c) Indicação e justificativa dos parâmetros selecionados; (d) frequência de análise; (e) rede de amostragem, com coordenadas geográficas dos pontos de medição, justificando seu dimensionamento e distribuição espacial; (f) Indicação e justificativa dos métodos de coleta e análise de amostras; (g) indicação do(s) responsável(is) pela elaboração dos programas;

## **8 Equipe Técnica**

Relacionar a equipe técnica multidisciplinar responsável pela elaboração do estudo, informando: (a) nome; (b) CPF; (c) qualificação profissional e respectivas áreas de atuação do EAS; (d) número do registro do profissional, em seus respectivos conselhos de classe e região; (f) local e data; (g) cópia da ART ou AFT, expedida; (h) Declaração dos profissionais, sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras. O coordenador do EAS deverá rubricar todas as páginas do estudo.

## **9 Bibliografia**

Citar a bibliografia consultada.

**Anexo 9**

**Modelo de Placa para Licenciamento Ambiental**

	<b>DISQUE MEIO AMBIENTE 3348 8031</b>
<b>NOME DO EMPREENDEDOR:</b> <b>CNPJ/CPF:</b> <b>ATIVIDADE:</b> <b>TIPO DE LICENÇA (AuA/LAP/LAI/LAO/AuC) N°:</b> / <b>VALIDADE ATÉ</b> / <b>PROCESSO INIS N°:</b>	

Obs: A afixação é obrigatória no local do empreendimento, em tamanho adequado e em lugar de fácil visualização.



**ANEXO 10**  
**FORMULÁRIO LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO – AUA OFICINAS**  
**MECÂNICAS, LAVAÇÃO DE VEÍCULOS E SIMILARES.**

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA</b>		
Razão Social:		
Nome Fantasia:		
Inscrição Municipal:	CNPJ/CPF:	
Endereço:		
CEP:	Bairro:	Município: Itajaí
Pessoa para Contato (Empresa):		Telefone:
E-mail:		
A empresa possui algum processo administrativo ambiental? ( ) Sim ( ) Não		
( ) Notificação Ambiental nº..... ( ) Termo de Apreensão/Embargo nº.....		
( ) Auto de Infração(Multa) nº.....		
<b>Horário de Funcionamento:</b>		
Segunda a Sexta: ..... horas/dia (das .....às .....e das..... às.....)		
Sábados, Domingos e Feriados: .....horas/dia (das.....às.....e das..... às.....)		
<b>Número de funcionários:</b>		
Produção:..... Administração:..... Outras:.....		

<b>2. INFORMAÇÕES SOBRE O IMÓVEL</b>		
Área do Terreno .....m <sup>2</sup>	Área Construída Utilizada pela Atividade .....	
Possui Cobertura Vegetal: ( ) sim ( ) não	Área Útil Total .....m <sup>2</sup>	
Ano da Construção: .....	Houve Ampliação: ( ) sim ( ) não	Ano da Ampliação: .....
Recursos Hídricos na Área do Imóvel: ( ) sim ( ) não		Nome do Rio:
Observações:		

### 3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

**Marque com X as Atividades/Serviços Desenvolvidos no Local:**

<input type="checkbox"/> Somente Oficina Mecânica	<input type="checkbox"/> Reparação e Manutenção de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Industriais
<input type="checkbox"/> Oficina Mecânica com Pintura de Veículos	
<input type="checkbox"/> Somente Chapeação e Pintura de Veículos	<input type="checkbox"/> Outros.....
<input type="checkbox"/> Somente Lavação de Veículos	<input type="checkbox"/> .....
<input type="checkbox"/> Serralheria, Funilaria sem Pintura	<input type="checkbox"/> .....
<input type="checkbox"/> Serralheria, Funilaria com Pintura	<input type="checkbox"/> .....

**Marque com x os Equipamentos Utilizados:**

☐ Compressor de Ar – Potência Watts

☐ Outros.....

☐ Aparelho de Solda: ☐ Elétrico ☐ Oxiacetileno

Outros.....

☐ Serra: ☐ Circular ☐ Vai-Vem ☐ Policor

☐ Outros.....

☐ Furadeira: ☐ Manual ☐ Bancada

Outros.....

☐ Esmerilhadeira/Lixadeira

☐ Outros.....

☐ Lavatório de Peças

☐ Outros.....

☐ Máquina de Troca de Óleo

☐ Outros.....

### 4. FONTES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

<input type="checkbox"/> Rede Pública SEMASA.....m <sup>3</sup> /mês	<input type="checkbox"/> Poço Artesiano
<input type="checkbox"/> Outros:.....	
<input type="checkbox"/> Água de Chuva Reservada: V <sub>reservatorio</sub> .....m <sup>3</sup>	

Finalidade da Utilização da Água:

- ( ) Sanitários ( ) Refeitório ( ) Utilização no Processo  
( ) Lavagem de Piso e Equipamentos ( ) Outros – Especificar: .....

**Efluentes Líquidos Sanitários:** São provenientes de banheiros (chuveiros e vasos sanitários), de refeitórios, etc;

## 5. INFORMAÇÕES SOBRE OS EFLUENTES LÍQUIDOS

**Efluentes Líquidos Industriais:** São os provenientes das atividades desenvolvidas pela empresa (águas servidas de processo produtivo, lavagem de pisos, lavagem de equipamentos, motores, peças, lavagem de veículos, etc.).

### 5.1. Sistema de Tratamento dos Efluentes Líquidos Sanitários

- |   |   |
|---|---|
| ( ) Fossa Séptica e Sumidouro<br>$V_{fossa} = \dots m^3$ ou $D \dots m$   | ( ) Fossa Séptica, Filtro Anaeróbio e Sumidouro $V_{fossa} = \dots m^3$ ou $D \dots m$<br>$V_{filtro} = \dots m^3$ ou $D \dots$ |
| ( ) Fossa Séptica e Filtro Anaeróbio<br>$V_{fossa} = \dots m^3$ ou $D \dots m$<br>$V_{filtro} = \dots m^3$ ou $D \dots m$ | ( ) Não Possui Sistema de Tratamento<br>( ) Outros –<br>Especificar: .....  |

### 5.2. Sistema de Tratamento de Efluentes Industriais

**Caso a Empresa Gere Efluentes Líquidos Industriais,  
Indique a Etapa:**

- ( ) Lavação de Pisos  
( ) Outros.....  
  
( ) Lavação de Peças e Equipamentos  
( ) .....  
  
( ) Lavação de Veículos  
( ) .....  
  
( ) Lavador de Gases da Cabine de Pintura

### 5.3. Tipo de sistema de Tratamento para os Efluentes Líquidos Industriais Gerados:

- ( ) Caixa Separadora de Água, Óleo e Areia ( ) Outros – Especificar:  
.....

### 5.4. Volume dos Efluentes Industriais Tratados e Volume Reutilizado

Reutiliza o Efluente Tratado?: ( ) sim ( ) Não Volume Reutilizado ..... $m^3$

## 6. EQUIPAMENTOS / PONTOS GERADORES DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

<i>Equipamento / Ponto</i>	<i>Tipo de Combustível</i>	<i>Descrever os Equipamentos de Controle Ambiental</i>
Exaustores	Energia Elétrica	
Motores		
Cabine de Pintura		

## 7. EQUIPAMENTOS / FONTES GERADORAS DE RUÍDOS OU VIBRAÇÕES

<i>Equipamento / Fonte Geradora</i>	<i>Descrever os Controles Ambientais</i>
Exaustores	
Lixadeiras, Esmeril, Disco de Corte	
Máquinas de Pressão, Dobradeiras	

## 8. RESÍDUOS SÓLIDOS

<i>Tipo de Resíduo</i>	<i>Formas de Acondicionamento</i>	<i>Tipo de Armazenamento *</i>
Papéis	( ) Caçamba ( ) Tambores ( ) Piso Impermeabilizado Outros.....	
Plásticos	( ) Caçamba ( ) Tambores ( ) Piso Impermeabilizado Outros.....	
Resíduos Orgânicos	( ) Caçamba ( ) Tambores ( ) Piso Impermeabilizado Outros.....	

Metais	( ) Caçamba ( ) Tambores ( ) Piso Impermeabilizado Outros.....	
	( ) Caçamba ( ) Tambores ( ) Piso Impermeabilizado Outros.....	
	( ) Caçamba ( ) Tambores ( ) Piso Impermeabilizado Outros.....	

## 9. RESÍDUOS SÓLIDOS CONTAMINADOS COM ÓLEO

<i>Tipo de Resíduo</i>	<i>Formas de Acondicionamento</i>	<i>Tipo de Armazenamento *</i>
Estopas, Papéis, Plásticos, contaminados com Óleo	( ) Caçamba ( ) Tambores ( ) Piso Impermeabilizado Outros.....	
Óleo Lubrificante Usado	( ) Caçamba ( ) Tambores ( ) Piso	

	Impermeabilizado Outros.....	
Resíduos de Limpeza do SSAO e do sistema sanitário	( ) Caçamba ( ) Tambores ( ) Piso Impermeabilizado Outros.....	
Filtro de Óleo Usado	( ) Caçamba ( ) Tambores ( ) Piso Impermeabilizado Outros.....	
Embalagens Usadas de Óleo	( ) Caçamba ( ) Tambores ( ) Piso Impermeabilizado Outros.....	
Serragem Contaminada com Óleo		

\* **Tipo de Armazenamento:** 1 - área fechada com telhado, 2 - área coberta com telhado, 3 - área sem cobertura, 4- resíduo coberto com lona ou filme plástico, 5 - outros modos (especificar).

## 10. TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS

<i>Tipo de Resíduo</i>	<i>Transportador (Nome, CPF/CNPJ e Nº LAO)</i>	<i>Local de Destino Final (Nome, CPF/CNPJ e Nº LAO)</i>
Resíduos Contaminados		
Resíduos Reciclados		

Óleo Lubrificante Usado		
Resíduos Orgânicos		

### 11. RESÍDUOS REUTILIZADOS PELA PRÓPRIA EMPRESA

<i>Tipo resíduo</i>	<i>Forma de reuso</i>

### 12. RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES

Nome: \_\_\_\_\_ Formação Profissional: \_\_\_\_\_

Registro do Profissional: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_  
(Junto a entidade de Classe)

### 13. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE (ADMINISTRADOR OU RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA)

Eu, \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, a veracidade das informações prestadas neste documento.

Assinatura: \_\_\_\_\_ Carimbo da empresa: \_\_\_\_\_

Itajaí, .....de.....de.....